

ENTREVISTA

MERCEDES VILANOVA*

*Maria Lúcia Martinelli, Elza Koumrouyan e Juana E. Arias Rojas***

M.V. Eu creio que em cinco minutos explico a minha trajetória, e, em seguida, iniciamos o debate, que é o mais interessante. A minha trajetória profissional começa na época franquista. Era uma época de clandestinidade, uma espécie de túnel em que a história, o passado se mistificavam. Nós havíamos mistificado a república, a luta militante, o anarquismo, as coletividades, a guerra civil e, assim, quando ingressei na universidade e quis fazer uma história séria, minha pergunta foi por quê havia fracassado a revolução social? Em outra conjuntura, talvez, pudesse ajudar a fazê-la?

Isso faz muito tempo, eu era jovem, otimista, ingênua, pensava que as coisas eram averiguáveis e tinha muita esperança em uma história científica. Mas isto é o passado. Então, para estudar a revolução social na Espanha, me parecia que o sujeito privilegiado era a CNT (Confederação Nacional de Trabalhadores), sindicato anarcosindicalista. Tentei estudar a trajetória anarquista durante a guerra civil e logo me dei conta das dificuldades que havia em ir além da militância. Não queria estudar a militância, mas sim a relação entre a militância e a maioria. Constatei as dificuldades em estudar esta relação, em parte, porque na época franquista era muito difícil ter acesso às fontes, e também a história escrita estava errada, pois retratava somente o ponto de vista do militante. As maiorias não falam ou, se falam nós, os acadêmicos, não as entendemos, *somos surdos à palavra da maioria*.

Vistas as dificuldades para se estudar o período de guerra, que depois efetivamente estudei, pensei que, para averiguar a influência dos líderes carismáticos sobre as massas, podia analisar o slogan anarquista “NÃO VOTAR” e ver se era seguido, como dizia toda a historiografia. Então, para estudar a abstenção libertária especiali-

* Professora da Universidade de Barcelona.

** A produção deste texto foi possível graças à colaboração da doutoranda Elza Koumrouyan e da mestrand Juana E. Arias Rojas, ambas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, que cuidaram da transcrição e da tradução do debate, cabendo a mim, Maria Lúcia Martinelli, professora assistente doutora do mesmo Programa, a compilação e redação final do texto.

zei-me nas eleições e na democracia parlamentar. Passei do estudo da democracia assembleária para a democracia parlamentar e, então logo, constatei que o slogan anarquista “NÃO VOTAR” não foi seguido pela maioria, rompendo assim com um dos mitos historiográficos mais persistentes. Para averiguar e evidenciar isso, tive que fazer uma “história estatística de qualidade”, na qual foram surgindo outras perguntas, sobre a participação da mulher, por exemplo. Paralelamente a isto, cem pessoas de minha equipe iniciaram o estudo das coletividades e o mais espetacular que descobrimos sobre a trajetória eleitoral (a trajetória eleitoral é a combinação entre participar ou abster-se em uma série de eleições, e é secreta pois o voto é secreto) durante a democracia parlamentar foi que poderíamos projetá-la na democracia assembleísta, que se caracteriza por ser pública, e na repressão franquista. Com isso estávamos demonstrando que as eleições, do ponto de vista do escrutínio ou da maioria, não dos candidatos e do poder, são fundamentais para uma aproximação de qualidade das maiorias. Nesta análise, cada vez mais profunda, da abstenção, através da estatística e, sobretudo, da fonte oral, descobri os analfabetos e analfabetos de Barcelona.

Se a primeira descoberta, de que o slogan anarquista não havia sido seguido, mudou minha percepção da relação entre a militância e as maiorias, a descoberta da importância da personalidade analfabeta mudou minha estratégia metodológica para se fazer uma história de qualidade das maiorias, e mudou ainda minha própria percepção de minha subjetividade como pessoa alfabetizada; e mudou minha trajetória profissional até fazer-me o que hoje sou. Creio que sou, profissionalmente, uma especialista no invisível, sou especialista em averiguar quem são os que não votam, que são os “invisíveis”, e isto tem-me convertido em uma especialista em tentar descobrir quem são estas pessoas que se escondem dos alfabetizados, que são os analfabetos. E, aqui estou.

Em síntese, e em uma síntese muito rápida, acredito que houve primeiro uma recorrência historiográfica tradicional às fontes bibliográficas, que me apontaram o anarquismo como algo fundamental na história espanhola dos anos 30, como anos de mudança social. Sobre esse período realizei uma estatística qualitativa, inicialmente de forma ampla e depois mais refinadamente, que me colocou as perguntas fundamentais sobre a democracia para, finalmente, utilizar a fonte oral para buscar algumas respostas, que sempre são incompletas, não exaustivas. É uma fonte viva que é necessária para a contemporaneidade, mas que se define por ser parcial, subjetiva, diferente e, por isso mesmo, útil à estatística, que nos ensina, nos leva a mergulhar no processo de aprendizagem, em que entrevistador e entrevistado intercambiamos, pelas distintas percepções que temos um do outro, buscando uma síntese progressiva de nossa própria visão como historiadores e da história do passado. Bem, creio que me estendi para além dos cinco minutos, e já temos o suficiente para iniciarmos o debate.

Assim, abro uma primeira rodada de perguntas, acrescentando que só me interessa uma história cujo diálogo possa ser universal. Interessa-me o local porque é o verdadeiro, mas só me ajuda se me permite falar com os demais, falar com vocês; senão, não tem sentido o que faço.

Nessa relação com os analfabetos, que perspectivas de trabalho você encontrou quando em contato com eles?

M.V. Bem, minha definição de subjetividade profissional não pessoal *é que a máxima, ou a melhor objetividade, é a máxima subjetividade bem explicada*. Se sabemos explicar bem a subjetividade, chegamos à objetividade; para mim não tem outra explicação, é muito difícil, mas realmente, então, a pergunta é dupla:

1. Qual é o significado de minha subjetividade para os analfabetos?
2. Quais as perspectivas que se me abriram com esta descoberta com os analfabetos?

Bem, para mim, foi um choque brutal porque eu havia, durante 15 anos, buscado o majoritário no invisível; havia dirigido todos os meus trabalhos, teses, doutorado, sempre em busca do majoritário, havia passado dos anarquistas às mulheres, havia tentado decifrar o trabalho manual buscando o majoritário, e, de repente, em uma entrevista com uma mulher analfabeta, descobri que durante 15 anos havia me equivocado porque na história espanhola e, seguramente, na mundial, o majoritário não é nem o anarquismo, nem as mulheres, nem o trabalho manual, mas o autenticamente majoritário é o *analfabetismo*. Fiquei com muita vergonha, foi uma entrevista que fui fazer de ônibus na periferia de Barcelona. Não sei porque fui de ônibus. Custou-me muito marcar esta entrevista, porém quando eu regresssei sabia que minha vida havia mudado, porque constatara quanto a Academia havia-me deformado, tornando-me incapaz de descobrir o que as estatísticas me diziam. Eu tinha os analfabetos nas listas de pesquisa, havia estudado o comportamento eleitoral nas estatísticas e, não obstante, não me havia dado conta da qualidade e isto foi um golpe brutal. Você perguntou que perspectivas isso abre? É muito complexo falar sobre as perspectivas que se abrem. Creio que descobri o analfabetismo porque havia estudado a abstenção, e a abstenção tem uma grande vantagem pois é o outro lado da participação, de modo que são duas faces de uma mesma moeda. A minha tese é que a democracia não pode ser entendida sem essas duas faces, que são solidárias, pois todos somos abstencionistas e participantes. É relativamente simples, porque é como uma foto social de um momento, embora este seja invisível, é além do mais secreto. Eu creio que porque havia passado tantos anos querendo descobrir isto, que está no coração da tese abstrata, é que pude

descobrir o analfabeto, ou a analfabeta, porque era uma mulher. Ora, o analfabeto não soma nunca cem, ou seja, não há definição possível absoluta de analfabeto. Direi que é aquele que não sabe ler e nem assinar, é uma comparação com o alfabetizado. Ou seja, há uma complexidade que faz o conceito riquíssimo, levando-o inclusive a mudar com o contexto espacial e temporal. Não é o mesmo na Idade Média, na Idade Moderna ou na Contemporânea. Então digamos, que de início a perspectiva que me abriu foi a de que:

1. Eu, que era especialista em fonte orais, não me havia dado conta de que os analfabetos eram os depositários idôneos, porque são aqueles que só deixam vestígios estatístico; ou seja, chegara a tal ponto a minha deformação acadêmica que, apesar de buscar o marginal, o majoritário, de dedicar-me à fonte oral, não me havia dado conta de que os testemunhos mais idôneos eram os dos analfabetos.

2. O analfabeto, neste momento, constituiu como que um muro que nunca havia podido imaginar, uma autêntica barreira que, para mim, que ia com o livro na cabeça, era um desafio tremendo. Tivemos que montar uma estratégia até realmente chegar à convicção de que havia um muro. Foi quando traçamos uma investigação interdisciplinar com lingüistas, sobretudo. Bem, levei dez anos estudando isto e eu creio que estamos na pré-história porque, nunca, ninguém quis compreender o analfabeto senão para alfabetizá-lo. Porém, eu, naturalmente, que sou amante da abstenção, passei a ser amante dos analfabetos, eu não queria alfabetizar. Parecia-me ridículo; queria compreender-lhes, mas, havia um muro. Então, que fazia com este muro? Tentamos penetrá-lo, pareceu-nos que a única maneira de penetrá-lo era a história de vida. Mas, pensar que os melhores sociólogos, historiadores e antropólogos têm entrevistado analfabetos e alfabetizados e não sabem as diferenças. E não sabem porque os analfabetos utilizam a nossa linguagem, são muitos espertos, se escondem, se fazem invisíveis enfim, porque há toda uma estratégia. Então, indo muito rápido, posso dizer que a interpelação do analfabeto foi sobre a minha alfabetização. Não podia compreendê-los, porque não sabiam o que era ser alfabetizado; eu penso que não sabemos o que é a alfabetização, senão para manipular, porque a confundimos com a escola.

Bem, isto é muito abreviado, depois o interessante do tema é que existe desde o analfabetismo absoluto até a alfabetização de elite, há toda uma gama.

E finalmente, e indo muito rápido, *se minha hipótese inicial foi que eram diferentes, a minha hipótese final é que somos iguais. O problema é subjetivo e o que interessa, do ponto de vista da democracia, não é a alfabetização, mas sim a democratização da informação pertinente para o avanço individual e social. É o que a militância não sabe fazer.*

Bem, eu acho que você coloca uma questão fundamental, que seria a de nos propor uma nova relação entre alfabetizados e analfabetizados em certo sentido. Ou seja, como que dentro dessa relação que você está colocando e, para nós profissionais preocupados com a questão da democratização da informação, ou com a questão de que esses sujeitos não fiquem mais apagados e invisíveis. Como se coloca, então, a questão de uma cultura oral e no caso dos testemunhos orais.

M.V. Eu não falei de relação, em nenhum momento eu disse a palavra relação!

Eu afirmei que você está colocando que nós, alfabetizados, temos, em relação aos analfabetos, uma perspectiva de alfabetizá-los.

M.V. Isso não é uma relação, é uma estratégia de poder. Eu não disse relação, disse que, em geral, se vê o analfabeto como resíduo e não se procura compreendê-lo. Eu não disse também que tenham que deixar de ser invisíveis, pois há o direito à invisibilidade. O que eu disse é que a descoberta, entre aspas, do analfabeto confrontou-me com a minha subjetividade, ou com a minha alfabetização, que é muito diferente. Isto sim foi o que eu disse, mas quanto à relação eu não disse, porque não penso assim. É que estamos acostumados a ouvir o que queremos ouvir. Esta é a dificuldade da fonte oral, a resposta está contida na pergunta.

E aí não tem diálogo...

M.V. ... original, porque não sabemos o que é. E o analfabeto não tem isto. Bem, eu estou sendo um pouco radical nas minhas colocações. Estamos acostumados a ver o mundo a partir da militância, e assim não o vemos como é, mas como queremos que seja, da forma que nos parece que tenha que ser.

Gostaria que você falasse um pouco mais sobre seus estudos.

M.V. Venho me dedicando sistematicamente a estudos eleitorais, especialmente sobre a abstenção. Do ponto de vista eleitoral, os estudos tradicionais que concordam com os meus, demonstram até que ponto o sexo e a idade são fundamentais nas eleições. Demonstrei que tão fundamental, ou mais, do que o sexo e a idade, é o analfabetismo, e é um registro importante, porque ainda ninguém havia constatado isso. Assim, o analfabetismo rompe a barreira do sexo e, acredito que, do ponto de vista feminista, é uma esperança para a sociedade. Eu não tenho o ponto de vista antropológico e espero não tê-lo nunca. Não sou antropóloga, não faço entrevistas como os antropólogos, faço o que eu gosto, e não utilizo parâmetros. Se tenho um enfoque cultural ou não, eu não sei, mas também não sei se o analfabetismo e a alfabetização seguem um parâmetro cultural. Mas, penso que sobretudo nas grandes cidades onde

vivemos há um analfabetismo funcional e recorrente, e há um analfabetismo médio, impulsionado pelo poder, que existe na Universidade e que é antidemocrático. Parece-me que é a questão crucial do século XXI. Mas é complexo, entre outras coisas, é complexo porque a maioria das pessoas, nas cidades, não necessita ser alfabetizada, para trabalhar e em países como os nossos dominados pela Igreja Católica, há um tradicional interesse pelo analfabetismo. Basta lembrar que foi a Igreja que queimou os livros e colocou, entre os textos e os fiéis, um representante para interpretar o texto. É uma das chaves para entendermos a nossa história contemporânea. Como alfabetizados não podemos entender, porque a passagem do oral para à escrita é complexa, longa e foi manipulada pela escola. Eu não sou especialista nisto, mas creio que da forma como foi colocada a minha investigação, fui a primeira pessoa que pôs o dedo na chaga. A primeira vez foi em 1985, em Barcelona; repeti no México em 88, então me voltaram as costas porque as pessoas militantes estão obcecadas pela miséria. Hoje creio que é algo que, paulatinamente, aceito, mas é muito difícil, porque a alfabetização serve sobretudo para o ócio, para a política e para a religião, mas não para o trabalho.

Como você analisa a relação entre o poder e o analfabetismo?

M.V. Eu não disse que o poder produz analfabetismo. É ao contrário. O poder produz alfabetizado. É exatamente ao contrário. Segundo, as teses da união da alfabetização com a modernização econômica, sobretudo na moda dos anos 60, eram teses de boa fé, que têm sua origem na ilustração. É a ilustração que cria a ilusão deste homem universal, educado, frente ao homem selvagem que tem que ser alfabetizado e a tese final é que alfabetização é igual a modernização. Parece que é de boa fé. Tem se visto que não é assim. Embora os países historicamente alfabetizados no primeiro mundo, ou semi-alfabetizado pelas Igrejas Protestantes, ser alfabetizado é a tese final. É que alfabetização é igual a modernização. Parece que é de boa fé. Tem se visto que não é assim. Embora os países historicamente alfabetizados no primeiro mundo, ou semi-alfabetizados pelas Igrejas Protestantes, estejam no coração do avanço econômico, tecnológico e cultural de Ocidente. A alfabetização na Europa tem vindo em ondas. Primeiro, os comerciantes na Idade Média; depois os homens, do século XVIII e primórdios do XIX; e ao final as mulheres e as crianças, nos primórdios do século XX. Por uma necessidade da escola, a necessidade burguesa de educar na própria ideologia. O interessante é que todos os analfabetos sabem contar, pois isso é necessário e aqui fica demonstrado claramente que a alfabetização não é necessária, porque o que é indispensável é a numeração, todos sabem contar, têm lojas, e vendem, e compram e não são enganados. Assim, se eles sabem contar, porque não sabem ler? Parece que uma resposta inicial é porque realmente não é necessário. Então, eu não disse que

tivesse correlação entre anarquismo e analfabetismo. Eu não disse isso. Ainda mais, eu acredito que o anarquismo, que é uma filosofia de elite, exige a alfabetização e o anarco-sindicalismo, eu não sei aqui, mas na Espanha é um sindicato que pratica a democracia direta, necessita da alfabetização. Com isto eu estou introduzindo a idéia de que para militar há que ser alfabetizado e a primeira procedência da pessoa que quer ser militante, é alfabetizar-se. É autodidata. Normalmente a escola racional moderna é totalmente distinta da escola burguesa. Mas, para mim, isto é uma elite dentro do mundo laboral operário.

Como você analisa a questão da fonte oral?

M.V. Os historiadores, em geral, cremos que tudo é auxiliar. Bom, eu não. Eu acredito que nada seja auxiliar de nada. Então, a fonte oral é muito difícil e é muito cara e deve ser utilizada só quando não se tem uma outra solução. Tudo que se pode averiguar por outras fontes que não sejam as orais, deve ser feito. Um problema também da fonte oral, é a possível trivialidade do individual, a sedução e o desafio da fala ou do depoimento. Então, eu acredito que a maioria é invisível, pois tudo que é interessante é majoritário e não se vê. Creio que a única maneira de se aproximar com rigor é através de parâmetros estatísticos, não de cifras absolutas, senão porcentagens. Eu entendo que, para nós, a porcentagem é algo absolutamente essencial. Necessitamos saber quantos, que porcentagens de fraude fiscal, que porcentagens de não participação. E dentro destas grandes porcentagens, a porcentagem da porcentagem que é a estatística fina. É necessário ter parâmetros. A porcentagem, a porcentagem da porcentagem. Depois da estatística um outro elemento importante é a correlação entre variáveis, pois somente o coeficiente de correlação nos estabelece relações que são invisíveis e que são fundamentais. É elementar o que eu falo. São umas poucas coisas, mas são importantes. São fundamentais junto com a porcentagem, a porcentagem da porcentagem: a correlação, e, por outro lado o março geográfico, a distribuição espacial que também é importante, pois o minoritário pode estar distribuído em grandes espaços e então adquire outra força. Com isto quero dizer que, no projeto de pesquisa, o mais importante é a pergunta, que pode tomar muito tempo, mas é fundamental para a trajetória.

Gostaria que você explorasse um pouco mais essa questão da fonte oral.

M.V. O que eu disse da passagem do oral à escrita é um problema da alfabetização, não é um problema da fonte oral. Não tem nada a ver com a fonte oral. É um problema que ponho aqui, porque nas sociedades como as nossas a transição para a alfabetização define a modernização. Evidentemente há obstáculos, pois vivemos numa sociedade televisiva, e pode ser que nem cheguemos à alfabetização, pois vivemos em

uma sociedade onde não se lê, no máximo se escreve, porque todos no rádio e na televisão escrevem. Estas mudanças, a última ruptura com a alfabetização, que é a eletrônica, estão tão próximas de nós que quase não a compreendemos. Isto não tem nada a ver com a fonte oral. Então, repito que a fonte oral é o último recurso, mas também poderia dizer que é o primeiro, isto é, há que matizá-lo, há que se dar conta do custo da investigação, ou seja, estar consciente do valor de nossos projetos. A fonte oral é cara, e, por isso, disse que deve ser o último recurso, mas, ao mesmo tempo é um *shortcut*, é um atalho, cujo uso depende do valor de nosso projeto.

Você deixou muitas interrogações...

M.V. Muitos pontos de interrogação. O importante são as perguntas e não as respostas, sempre são as perguntas que interessam e não as respostas.

Eu queria que você falasse um pouco mais sobre a fonte oral, uma vez que você colocou que há alguns riscos e eu quero estar mais segura nestes riscos, os riscos que eu posso correr, especificamente na fonte oral.

M.V. Maior risco, maior interesse! Bem, vamos ver. A fonte oral é basicamente uma entrevista. ENTRE-VISTA, ou seja, são duas pessoas que se vêem, quer dizer o outro está nos olhando tanto quanto nós a ele: ele tem a sua estratégia e nós temos a nossa. O primeiro é reconhecê-lo. Neste diálogo, deve-se buscar a igualdade, o que é muito difícil nas sociedades em que vivemos, pois o conhecimento está hierarquizado e subordinado, tornando quase impossível a existência da igualdade. Mas, é preciso buscá-la, e é um processo de aprendizagem, de ambos os lados. É parcial porque é política, e nesta parcialidade podemos buscar a confrontação e a união, e o mais interessante é a diferença, é o diálogo entre diferenças, buscamos as diferenças. Bem, então, há muitas maneiras de entrevistar, e dependem do projeto; nem todo mundo pode entrevistar. Não pense que todo mundo está qualificado para entrevistar, é um erro grave pensar que todos podem entrevistar. Necessitam-se umas características determinadas para entrevistar. Pode-se aprender, mas nem todo mundo pode entrevistar porque o risco de provocar danos é muito grande. Nós também arriscamos, mas eles arriscam mais, porque não sabemos nunca qual é o teto da comunicabilidade e buscamos o indizível, o não dito, e queremos romper o silêncio. Ou seja, eu creio que há, basicamente, três tipos de entrevistas: o questionário fechado, semi-aberto ou semi-dirigido e história de vida. A minha postura, neste momento, é que a história de vida é absolutamente necessária porque responde e contesta muitas das perguntas que temos colocado sem necessidade de formulá-las e nos evidencia os silêncios. Para mim, tão importante quanto a entrevista é a seleção das pessoas entrevistadas.

O meu trabalho é com trabalhadores rurais da Amazônia. Só que esses grupos são trabalhados com a tradição oral, são índios e seringueiros. Como perceber essa experiência na fala deles, o que essa experiência com a educação representa na vida deles, sem utilizar a fonte oral? Porque você está questionando um pouco o uso da fonte oral e eu só vejo esta perspectiva.

M.V. Bem, dentro da especialidade, a tradição oral é um aspecto que eu não conheço. Mas, eu sei que a tradição oral não existe, que se inventa. Não acreditemos que é verdadeira toda tradição oral, ela é também inventada. Eu não posso responder porque não é a minha especialidade, mas o que é curioso é que os que trabalham com tradição oral é que estão mudando nossa perspectiva historiográfica. As maiores contribuições à historiografia do Ocidente vêm dos estudos com tradição oral, onde estão demonstrando como se inventa a subjetividade, e como a tradição oral foi criada e manipulada pelos alfabetizados que exploram essas pessoas. É fascinante, e o que eu recomendaria seria comparar com a historiografia africana, que é boa e porque eles são classicamente chamados de povos sem história.

Você poderia falar-nos sobre essa prática multidisciplinar e como o contato com essas outras áreas poderia ajudar o nosso trabalho?

M.V. Bem, o invisível não é igual ao silêncio, porque o silêncio se nota. Às vezes é muito pesado, e, além do mais, há muitos tipos de silêncio e nós todos sabemos. Portanto, há muita diferença entre o silêncio e o invisível. Quando eu fui colocada diante da necessidade de entrevistar os analfabetos, recorri aos lingüistas. É um trabalho relativamente tosco, mas trabalhar com lingüistas me ajudou a formular o questionário, porque me ajudou a utilizar determinados verbos nas perguntas. Perguntas como: como se informou?, como sabia quê?, que foi para você?; ou seja, determinadas perguntas cujas respostas permitiam uma análise lingüística. Isto, eu nunca seria capaz de fazê-lo, pois era necessário recriar o universo comunicacional dos indivíduos. O que ocorre é que nós, professores universitários, somos terríveis e trabalhar com disciplinas custa muito, mas este é um exemplo concreto. Outro exemplo, estou fazendo com geógrafos. A cartografia é fundamental porque as pessoas vivem em um espaço, e somente um estudo cartográfico detalhado explica muitas coisas. Portanto, agora, eu estou trabalhando com geógrafos. Depois com os informáticos, mas os informáticos são terríveis. A técnica os domina, é uma tragédia trabalhar com informáticos porque concebem a técnica como tão importante, que passa a ser o prioritário; para mim a informática tem que ser auxiliar. Com os politicólogos, porque eu entendo que sobre uma realidade todas as olhadas são diferentes, todas, quanto mais olhadas sobre o mesmo objeto, mais saberemos sobre o objeto, ainda que a nossa ambição seja a história que não é.

Então, a força dos diferentes especialistas é que nos dá enfoques diferentes que a mim me parece que são interessantes.

Com respeito à ruptura do silêncio, claro, aí há o direito à mentira, o direito a calar-se, e *eu estou convencida de que o que não se diz é o mais importante, sempre*. O que não se diz numa entrevista é o que realmente interessa. Nós estabelecemos estratégias determinadas, inclusive eu minto nas entrevistas para averiguar verdades. Quem mais sabe é a polícia, temos que aprender muito com a polícia. São os que sabem mais, desgraçadamente, os detetives. Bem, eu sofri sempre em busca do marginal, do majoritário, e um dos primeiros golpes fortes foi constatar que a maior aspiração era não deixar nenhuma lembrança, isto foi um choque brutal. Em estudos pontuais, concretos, locais, a maioria não havia deixado nenhuma lembrança, nem os seus próprios pertences. Quando busquei o perfil desta maioria eram jornalheiros, imigrantes, pobres, analfabetos. *Porque a militância deixa lembranças, e o silêncio histórico não deixa nenhuma lembrança!* O silêncio dos outros se rompe através da busca de testemunhos não substituíveis, ou seja, quando através das fontes escritas temos uma amostra, decidimos que deve ser amostra certa. Não há substituição possível, então, aqui rompemos o silêncio porque as pessoas querem passar despercebidas. E além do mais dizem: a história é escrita, não pertence a eles. Nós temos que dar conta. É a história da militância, do poder, mas nunca das maiorias e, como o sabem, querem passar despercebidos. E realmente isto pode colocar uma questão moral: até que ponto temos direito de fazê-los entrar em uma história em que não querem entrar? Tenho testemunhos que me custaram oito meses, não para localizar, mas para que me abrissem a porta, e, quando me abriram a porta, disseram-me: queremos passar despercebidos. Foi uma grande lição, ou seja, que eles tem voz, mas que não querem dá-la e eles têm o seu direito.

Você recomendaria para nós algum trabalho arquivista com essas fontes?

M.V. Bem, tradicionalmente os historiadores não são arquivistas. Isto é um drama. O que define o contemporâneo de todos os tempos é o de haver fixado as fontes para o futuro. A nossa responsabilidade é fixar as fontes da contemporaneidade e tirar o supérfluo. Eu, pessoalmente, creio que temos uma responsabilidade com a criação de arquivos de fontes orais, mas o que vamos recolher? A pergunta não tem resposta. Ou melhor, há resposta: recolhemos aquilo que necessitamos para nosso projeto de investigação, que compartilhando com uma equipe especializada, depois, arquivamos. É o que dá seriedade ao nosso trabalho, porque poderá ser consultado por outras pessoas, que da mesma forma que podem comprovar a estatística, podem comprovar tam-

bém a fonte oral. Mas, não existe o arquivo sonoro, das palavras, e estes arquivos se definem por terem projetos amplos, para utilização de historiadores futuros.

Eu sou partidária de que o que se recolhe tem que ser recolhido em profundidade e bem feito, ou seja, prefiro menos, mas bem feito e profundamente, e não generalidade. Claro, isto é a minha opção pessoal, que é difícil. Isto é muito delicado, é um tema delicado. Eu me senti responsável por isto e, na Espanha, tenho sido pioneira ao buscar que os arquivos tenham projetos de história oral. Mas, a política cultural normalmente não vai por aí. Além do mais faltam entrevistas. Não é uma coisa que se faz em minuto; depois há a decisão de transcrever ou não o tratamento do material.

Poderia trabalhar um pouco as diferentes posições atuais da história oral?

M.V. Bem, há uma grande tradição dos países do Leste europeu em histórias de vida e biografias. Na Polônia, Hungria, Suécia, inclusive são promovidos concursos radiofônicos em que as pessoas mandam suas biografias; isto seria uma maneira. Eu conheço projetos nos cárceres nova-iorquinos de mulheres que são estimuladas a registrar suas biografias, pois a fonte oral tem um aspecto terapêutico. Foi o que eu disse em meu escrito em *Transformar-se ou calar, o silêncio mata, literalmente. Há pessoas que tem se suicidado por não poder explicar sua trajetória*. Tem sido feito muito na Inglaterra, e estamos começando a fazer na Espanha, é a relação entre os jovens e os velhos; entre a escola secundária e os aposentados, há programas de história oral que ajudam aos dois e é uma maneira de aprender por dois pólos. Depois há, classicamente, a história oral americana. São projetos financiados por grupos. Por exemplo, os politicólogos querem saber como se faz a política com as universidades, com os oftalmologistas, com os médicos, ou seja, políticos, partidos políticos, sindicatos, administrações fazem sua própria história oral, projetos de história oral que são interessantes. Depois há outro, na França, que está trabalhando com Thompson. Está nascendo um projeto na Rússia, muito interessante, através do refazer das genealogias horizontais de pessoas. Entrevistam os imigrantes, na cidade, e a partir de sua história se refaz a trajetória de todos os seus irmãos. E com isto se tem uma perspectiva da diversificação social da imigração, não por genealogias, mas sim horizontal. Bem, é uma outra maneira de fazê-lo. Thompson, que vocês conhecem, que esteve aqui, tem feito este tipo de histórias, digamos social. Há um outro tipo de história inglesa que é a história local feita pelas pessoas. As próprias favelas podem fazer sua história local, feita pelos próprios sujeitos. Eu não faço isto, mais isto é um outro tipo de história. Há também um outro tipo de história como a de Portelli, como a de Paserini que é um tipo de história mais unida à Psicologia, que se mistura à Psicanálise, que é uma aproximação diferente à entrevista, o que é também muito interessante. Depois, há o

meu grupo de Barcelona; fazemos muita coisa, mas colocamos projetos em que estatística tem um peso importante, em que procuramos responder perguntas pontuais da historiografia clássica. A França estudou muito as elites, os que decidem frente aos que não decidem, que é uma outra maneira de dizer o majoritário daquilo que não é.

Na verdade, estamos na pré-história da fonte oral e este é o problema que todos temos. Ainda não temos parâmetros para uma boa crítica, não sabemos exatamente como tratar a transcrição, não sabemos se devemos transcrever ou não, como transcrever, como utilizar a transcrição. Nós fizemos muitos trabalhos sem transcrever. Ou seja, é um processo, está aberto, é uma metodologia aberta. E depois, seguindo um pouco, há o problema da propriedade da fonte, que é um problema interessante, e a traição do testemunho, porque, finalmente, somos nós que utilizamos a fonte, ou seja, aqui, também, há posturas diversas: o anonimato ou não; a edição ou não; o testemunho, tirá-lo do contexto ou não. Todas são opções, digamos, não fáceis, ou seja, tem que se pensá-las, ou no mínimo é preciso explicá-las, tem que se dizer o que se faz. É uma fonte nova e tão rica que nos sobrepassa, o problema é esse.

Agora, por exemplo, Portelli, e eu estou com Portelli, pensa que, se na publicação da fonte não se publica a pergunta, estamos traindo a fonte. No entanto, até agora, quase ninguém colocava as perguntas. Da mesma maneira que os psiquiatras sempre falam o que dizem seus psicoanalizados, embora nunca digam quais são as suas perguntas. *É muito difícil mostrar quão mal perguntamos!* A linguagem oral não se apaga, não volta atrás, o dito é dito. Muito diferente do escrito, não permite uma volta, o que nos põe em uma situação de tensão tal que é quase insuportável, porque não podemos equivocar-nos. O erro, além do mais, o entrevistado o vê em seguida. *Uma pergunta mal feita não se recupera.* Temos que ser grandes profissionais.

Você acha que isso seria mais como uma intimidação para quem está pensando, ou um desafio que tem que ser levado adiante? Quando você coloca essas questões de estarmos traindo até mesmo o nosso entrevistado com as nossas perguntas, isso, para nós, é um desafio ou uma contínua retomada da história oral e não um deixar de lado?

M.V. Não, eu creio que, nós os intelectuais, somos bastante estúpidos, e não trabalhamos com rigor, não nos preparamos adequadamente. É claro que qualquer cientista, nas ciências duras, repete no mínimo 40 vezes o que faz. Nós somos tão egoístas que não podemos perder um minuto de trabalho. É duro, mas tem-se que criticar. O trabalho historiográfico bem feito é difícil, é duro. Somos muito superficiais, publicamos coisas muito superficiais. Justificamo-nos com as notas ao pé das páginas, é ver-

dade, quando a nossa justificativa deveria ser a qualidade do texto, mas fazer um texto de qualidade é difícil. Intimidar não, claro, eu penso que estou aqui no Olimpo falando para a pós-graduação. *As pessoas que estão envolvidas com um processo de pesquisa têm que saber se este projeto irá justificar sua vida profissional ou não, e, se não, que não o faça, pois me parece que damos a nossa vida profissional a isto.* Por isso é importante. *Acredito que o produto deve ser o melhor que podemos fazer; não se trata que seja muito bom, trata-se de ser o melhor que podemos fazer.* Tem que se ter a máxima imaginação possível. Bem, o melhor é que saibamos que pesquisar exige um trabalho lento, um trabalho basicamente lento, em que não há atalhos e os diálogos são muito difíceis, custa muito dialogar, porque não nos é ensinado em doutrinas. Por isso Portelli diz que a entrevista é o trabalho político mais radical, porque aprendem os sujeitos e aprendemos nós, mas aprender é difícil. Ou seja, eu não intimido. *Se eu não amar o que eu faço, não o faço.* É realmente um luxo o que fazemos na Universidade, eu creio que não se pode justificar de outra maneira, então, temos que fazer bem e tomara seja útil. Sim, porque creio que nós estamos em um mundo com falta de imaginação, esse é um problema que nós temos, pois na Academia nos castram a imaginação: é uma máquina trituradora!

Você falou em uma alfabetização inteligente, qual é a alfabetização inteligente e porque ela é necessária?

M.V. Deveria ter dito crítica. Ou seja, a alfabetização tem vários níveis e o que se considera de elite é aquela que é crítica, porque não considera que o escrito por Marx, por Lenin, ou por quem quer seja é a *verdade definitiva*.

A alfabetização crítica é a que é capaz de não aceitar que a palavra do autor, que vem da autoridade, é válida; que acredita que *qualquer texto é possível de ser criticado, ou seja, é antidogmática* e, eu creio que este tipo de alfabetização em nossas sociedades deve haver uns 5% de pessoas que a tenha, não mais. Ensinar isto, então, porque é necessário? Basicamente por duas coisas, ou três:

1. Para o ócio, para a literatura; para desfrutar bem é necessária a alfabetização; para ver a televisão e “curtir”, é necessária a alfabetização; para entender as notícias, quer dizer, para o ócio, que é um campo importantíssimo.

2. Para a política é necessária a alfabetização; não se pode fazer política sem alfabetização; é absolutamente necessária porque para organizar-se é necessária a alfabetização, não nos emaranhemos, ou seja, para a política é importante.

3. Para uma vida espiritual não sectária é necessária a alfabetização, porque os grandes textos, aos que se têm que ter acesso, é necessária a alfabetização. Então me parece que alfabetização é o tesouro do Ocidente, ou seja, estou absolutamente con-

vencida. A de elite, a outra, para trabalhar não é necessária. Eu creio que não é necessária para a democracia, porque os analfabetos votam corretamente. Para organizar-se democraticamente não necessitamos a alfabetização, que não nos digam isso os políticos, porque não é certo. O país mais alfabetizado, que é a Alemanha, cometeu as maiores barbaridades, através de seu sistema democrático. Ou seja, democracia e política não têm a ver com a alfabetização, têm a ver com outras coisas, não com a alfabetização.

Ou seja, para a riqueza da vida política é necessária a alfabetização ou não?

M.V. Eu creio que a vida política não é rica. Para organizar-se nesta sociedade atual, o maior drama que temos é que a informação pertinente mais importante está concentrada em pouquíssimas mãos e não é visível, porque a alfabetização tem permitido, porque o sistema eletrônico e mundial que temos tem permitido, isto tem que se romper e só se romperá através de uma alfabetização de elite organizada politicamente, *que possa democratizar a informação*. Ou seja, o perigo que temos não é norte e sul; não é ricos e pobres, é que cada vez a maioria, e também nas universidades, está mais separada do autêntico conhecimento que está questionando o mundo. Passamos muito bem, temos encontros, escrevemos livros. É colossal. Estou no Olimpo aqui, mas creio que o perigo maior não é a miséria no norte e sul, senão que estamos chegando a uma sociedade de gestores em que a maioria está marginalizada do conhecimento pertinente, do que nos interessa e não sabemos; não sabemos o que ocorreu na guerra do Golfo, qual é a estratégia militar, não sabemos; não há transparência bancária; não sabemos como funciona o mundo da droga; temas fundamentais. Ou seja, eu penso que o perigo na chegada do século XXI de analfabetos, quiçá cada vez há mais. Estamos entrando em uma sociedade de gestores, onde até o turismo se faz por gestores. Ou seja, tudo é gerenciado, cada vez somos menos pessoas nesta sociedade, neste mundo de gestores cada vez estamos mais marginalizados. Isto sim é um problema de alfabetização e de informação. Eu não vejo no mundo atual o controle político disto. Para mim, a alfabetização máxima de elite está no Capitólio onde estão realmente “as cabeças”. Uma coisa me impressionou muito: segui os processos eleitorais americanos e me convidaram para um super seminário, o primeiro depois que Reagan tinha vencido. Foi caríssimo e se organizou em Washington, pensei que iria haver uma análise das eleições porque era justo, depois da eleição presidencial, mas já estavam analisando a estratégia da próxima. Claro, esta foi uma grande lição, é a estratégia deles, ou seja, não perdem um minuto, não se interessam mais pelo que passou, porque já haviam alcançado o poder, *porque a política acaba quando se obtém o poder, então começa outra história*.

A opinião pública expressa através dos grandes meios pode influir, digamos, de uma maneira esperançosa. Mas os meios de massas são alfabetizados, todos, todos. São alfabetizados na escrita, ou lêem ali, ou lêem aqui, mas todos os dias vão com o livrinho na mão, *são imagens falantes*.